

Cotidiano e política da luta por moradia no centro de São Paulo¹

Everyday and politics in the struggle for housing in downtown São Paulo

Carlos Filadelfo

Doutorando em Antropologia Social na Universidade de São Paulo (USP), Professor Convidado da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e pesquisador do Hybris – Relações de Poder, Conflitos e Socialidades (USP e UFSCAR).

Resumo

O Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) é um movimento de moradia que articula famílias de baixa renda com o objetivo de obter atendimento por programas habitacionais públicos. Este artigo pretende discutir etnograficamente a articulação entre cotidiano e política das práticas e discursos do MSTC a partir de uma ocupação do movimento, na região central de São Paulo. O objetivo é compreender como esforços de coletivização são empreendidos na construção do MSTC enquanto sujeito coletivo. Para isso, abordo três aspectos da ocupação: i) narrativas sobre seu início em que há uma valorização de ações coletivas; ii) a heterogeneidade do conjunto de seus moradores e como ela converge em uma só coletividade; e iii) o controle do cotidiano da ocupação por sua coordenação para favorecer tanto o bem estar de seus moradores como os processos de negociação com o poder público.

Palavras-chave: Antropologia Política; Antropologia Urbana; centro de São Paulo; coletivização; movimentos de moradia.

¹ Este artigo apresenta reflexões etnográficas a partir de pesquisa de campo que realizei sobre o MSTC, entre 2006 e 2008. Um dos resultados desta pesquisa foi a minha dissertação de mestrado (FILADELFO, 2009).

INTRODUÇÃO

O Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) é um movimento de moradia que articula famílias de baixa renda com o objetivo de obter atendimento por programas habitacionais públicos.

Considerando que o centro de São Paulo é a região da cidade com melhor infraestrutura e oferta de serviços, trabalhos e acessibilidade e que, por outro lado, concentra muitos imóveis abandonados, esse movimento tem atuado prioritariamente nessa região, reivindicando o acesso à moradia permanente. Para isso, adota como principal instrumento político a realização de ocupações de muitos desses prédios como forma de denúncia de seu abandono e com o intuito de que sejam transformados pelo poder público em moradia popular.²

O MSTC foi criado em 2000 e atua em boa parte do território paulistano. Com uma estrutura organizacional bem articulada e ramificada em vários bairros da cidade, o movimento conta com grupos de base, responsáveis pela inserção de novos integrantes para a transmissão de conhecimento sobre a forma de atuação e maneiras de se conseguir casa própria. Além dos grupos de base, o movimento também é constituído por associações de moradores das ocupações e projetos habitacionais já conquistados.

Esse movimento de moradia é composto por diferentes indivíduos e famílias, constituindo uma coletividade a partir do acionamento da expressão “luta por moradia digna”³ para denotar o caráter conflituoso, atribulado e difícil de obtenção da casa própria. Essa expressão é acionada para justificar a necessidade de práticas coletivas e organizadas, a partir da conformação de um grupo social coeso em torno do mesmo objetivo e legitimação de certas pessoas no papel de lideranças, características responsáveis pela construção de um “movimento de moradia”.

² O uso de “ocupação” em vez de “invasão”, ao contrário do que a imprensa costuma noticiar, se justifica pelo uso que os integrantes do MSTC fazem dessa expressão como maneira de legitimar suas práticas: ocupação de algo abandonado ou “sem função social da propriedade”, como estipula o Estatuto da Cidade, a fim de que seja desapropriado pelo poder público e transformado em moradia popular e não “invasão” que denota características ilegais.

³ Ao longo do artigo, expressões, discursos, narrativas e categorias nativas estarão escritos entre aspas.

Essa coletividade é construída e, a todo tempo, reafirmada e problematizada nos discursos, práticas e representações de seus integrantes, processo que chamo de ‘coletivização’. Esse termo, embora não seja uma categoria nativa, foi elaborado por mim a partir de uma derivação de termos e expressões utilizadas por integrantes do próprio movimento. Era muito recorrente a aceção de que as práticas tinham que ser coletivas e organizadas e não individuais, a partir da conformação de um grupo social em torno do mesmo objetivo. Tem-se, assim, um esforço permanente de produção do MSTC, pois há uma apreensão de que a conformação desse grupo social é instável, fluida, inconstante.⁴

Com efeito, suas conformações identitárias e discursos, práticas e representações só podem ser apreendidos a partir de um maior foco nas relações nas quais o movimento se insere. Parafraseando Marilyn Strathern (2006), o MSTC seria uma espécie de objetificação de múltiplas relações, ou seja, só adquiriria corpo e sentido a partir da análise das relações que permeiam o campo da luta por moradia no centro de São Paulo.⁵ Além das relações internas ao movimento, existem relações com outros movimentos de moradia e movimentos sociais, com agentes e instituições do poder público, assessorias técnicas de arquitetura, advogados, ONGs, intelectuais, simpatizantes, partidos políticos, instituições culturais e religiosas, só para citar algumas. O MSTC, portanto, se situa e é continuamente produzido a partir de uma ampla rede de múltiplas relações. No entanto, neste artigo o foco será principalmente nas relações internas entre seus integrantes no cotidiano de uma de suas ocupações, que são espaços acionados como marcas distintivas da atuação do MS-

⁴ Ver, a esse respeito, Wagner (1974), que propõe uma abordagem etnográfica que não trate os grupos sociais como apriorísticos ou como ponto de partida de análise. Ao contrário, a etnografia deveria privilegiar os processos relacionais, com atenção à forma como os nativos se criam socialmente. Inspirando-me nesse autor, dou especial ênfase à apreensão de como essa coletividade é elaborada e problematizada do ponto de vista nativo.

⁵ Para Strathern (2006, p. 267), objetificação é “a maneira pela qual as pessoas e as coisas são construídas como algo que tem valor, ou seja, são objetos do olhar subjetivo das pessoas ou objetos de sua criação”. Alfred Gell (1998) realiza um interessante exame sobre a obra *Gênero da Dádiva*, de Marilyn Strathern, que torna mais clara a aceção de relações da autora. De acordo com este autor, Strathern analisa o sistema de relações de troca na Melanésia, tomado como sistema ideal e não real, pensando essas relações como sendo necessariamente entre termos, mas os próprios termos são constituídos a partir das relações nas quais participam. Assim, os termos trocados (objetos) ou os responsáveis pelas trocas (pessoas) são objetificações de relações, só adquirindo sentido e forma a partir da análise das múltiplas relações nas quais estão inseridos.

TC enquanto sujeito coletivo. Assim, a ocupação, seu cotidiano e suas lógicas internas adquirem uma importância fundamental para a análise das práticas políticas do MSTC.

Portanto, este artigo pretende discutir etnograficamente a articulação entre cotidiano e política das práticas e discursos do MSTC a partir de uma ocupação do movimento localizada na Avenida Prestes Maia, na região central de São Paulo. O objetivo é compreender como esforços de coletivização são empreendidos na construção do MSTC enquanto sujeito coletivo.

A articulação entre cotidiano e política das práticas dos movimentos sociais não é novidade na bibliografia sobre o tema. Desde os anos 1970, uma ampla bibliografia, de diversas orientações teórico-metodológicas, se dedicou a análises dos chamados novos movimentos sociais, que emergiam nesse período nas periferias da cidade de São Paulo. Uma das vertentes analíticas, a chamada antropológico-cultural (BAIERLE, 1992) ou cultural-autonomista (DOIMO, 1995), se dedicou mais detidamente à articulação entre cotidiano e política.⁶

Essa vertente, que compreendia autores como Evers (1984), Caldeira (1984), Cardoso (1987), Durham (2004), dentre outros, proporcionou uma contribuição fundamental, ao trazer o cotidiano como dimensão central de análise. Nessa chave, os novos movimentos sociais representavam uma nova forma de se fazer política, distinta dos partidos políticos e dos sindicatos, com uma forma de atuação, portanto, não simplesmente institucional, mas produzida e reafirmada no cotidiano de seus integrantes. Cotidiano marcado por carências e negação de direitos que orientavam sua emergência como sujeitos coletivos que adotavam formas inéditas de luta e reivindicação por bens, serviços e direitos. O cotidiano era, nesse sentido, não só uma dimensão concreta que orientava suas práticas políticas, como também uma dimensão a ser levada em conta analiticamente.

⁶ Tal corrente analítica, com foco na autonomia e espontaneidade dos “novos movimentos sociais” e seu caráter anti-Estado, focalizaria as “matrizes e impactos culturais presentes das novas práticas e experiências movimentistas” (FELTRAN, 2005, p. 34), mas também a partir de um diálogo com perspectivas marxistas. Obviamente foge aos objetivos deste artigo realizar uma ampla revisão bibliográfica sobre as diferentes abordagens sobre movimentos sociais. Faço aqui apenas um rápido apontamento sobre um campo de estudos que se deteve sobre o cotidiano das práticas dos movimentos, no interior do qual se destacam pesquisas de caráter etnográfico. Para revisões bibliográficas de diferentes perspectivas dos estudos sobre os movimentos sociais, ver Cardoso (2004), Doimo (1995) e Feltran (2005).

Essa contribuição é inegável, mas aqui há uma diferença fundamental em relação ao contexto histórico e político tematizado por essa bibliografia. Trata-se não só de movimentos que se deslocaram das periferias para a região central de São Paulo, como o cotidiano aqui se refere a uma dimensão produzida politicamente. Ou seja, as ocupações são realizadas por famílias previamente integrantes do MSTC e todo o cotidiano é regulado pela coordenação desse movimento, o que embaralha as fronteiras entre cotidiano e política nas suas práticas e discursos.

Por outro lado, boa parte dessa bibliografia partia de definições apriorísticas de movimentos sociais, que reificavam uma coletividade específica, com repertórios de ação coletiva muito bem claros e com uma identidade única e claramente discernível. Eu, ao contrário, não parto de definições apriorísticas do MSTC, mas realizo um esforço de compreensão de como se dá a elaboração dessa coletividade relacionalmente. Neste caso, principalmente nas relações cotidianas no interior da ocupação. Portanto, há continuidades com a produção bibliográfica anterior, mas realizo aqui uma etnografia de um movimento social a partir de uma perspectiva teórico-metodológica distinta.

Assim, pretendo discutir três aspectos da ocupação: i) narrativas sobre seu início em que há uma valorização de ações coletivas; ii) a heterogeneidade do conjunto de seus moradores e como ela converge em uma só coletividade e iii) o controle do cotidiano da ocupação por sua coordenação para favorecer tanto o bem estar de seus moradores como os processos de negociação com o poder público. A partir desses três eixos, busco explorar como as relações na ocupação compreendem esforços de coletivização no sentido de fazer com que sua heterogeneidade interna, suas diversas segmentações e multiplicidades identitárias ressoem na conformação de uma coletividade que consiga um objetivo que seria comum a todos: o atendimento por programas habitacionais.

Narrativas sobre o início da ocupação

A ocupação do prédio localizado na Avenida Prestes Maia pelo MSTC por mais de quatro anos constituiu um forte elemento simbólico de todo o amplo campo em torno do direito à moradia das classes populares no centro

de São Paulo. Essa ocupação tornou-se foco de múltiplas atenções agregando atores dos mais diversos, sendo responsável por uma grande visibilidade pública da luta por moradia.⁷

De acordo com relato de Manoel Del Rio,⁸ uma das principais lideranças do MSTC, houve, entre 2000 e 2001, interesse da coordenação do movimento pelo prédio que estava abandonado há mais de 15 anos. Aproximadamente nessa época havia saído o PAR (Programa de Arrendamento Residencial) da Caixa Econômica Federal,⁹ o que teria ocasionado uma “febre para procurar prédio para apresentar para o PAR”:

Então, nós fomos lá com o arquiteto e com o corretor, visitamos lá e o arquiteto começou a fazer o projeto e nós começamos a fazer a negociação com o proprietário. Aí pedimos reunião na Cohab, fomos lá com o proprietário... Aí, a Cohab falou que era possível, mas que o proprietário tinha que resolver o problema da documentação. E aí ficou essa negociação, aí quando esgotou essa negociação, que o Hamuche [proprietário do imóvel] não legalizava, então, agora a gente ocupa, mas paralelamente a isso, nós formamos o grupo da Prestes Maia. Então quando esgotou, não dá a negociação, então nós ocupamos. E aí, então, propusemos reiniciar a negociação; ocupamos e fizemos a renegociação novamente com a prefeitura. Quando o proprietário entrou com a reintegração de posse, eu entrei com recurso, aquelas coisas, mas não valeu nada. O que valeu mesmo foi que a prefeitura entrou e fez um ofício para o juiz dizendo que estava negociando o imóvel, então seguiu a reintegração naquele início.

⁷ Para mais detalhes, ver Filadelfo (2009 e 2010).

⁸ Manoel Del Rio é uma das mais antigas lideranças do MSTC. Inicialmente envolvido com o movimento estudantil, posteriormente se envolve com o movimento sindical e gradativamente centra suas ações na luta por moradia digna de operários de fábricas na região da Mooca, em sua maioria moradores de cortiços. Participa, em 1991, da fundação da Unificação das Lutas dos Cortiços (ULC), primeiro movimento com atuação predominante no centro. Depois, devido a divergências internas, sai desse movimento, junto a outras lideranças, e participa da fundação do Fórum de Cortiços e, posteriormente, do MSTC.

⁹ O PAR foi um programa habitacional do governo federal, financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e posteriormente desativado quando houve a criação do Programa Minha Casa Minha Vida. Destinava-se a famílias de baixa renda em grandes centros urbanos. A família atendida pagava um valor mensal de acordo com sua renda por 15 anos, e ao final desse período a família tinha a opção de comprar o imóvel onde morou devendo pagar o saldo residual. Em São Paulo, o PAR desapropriou alguns imóveis e os repassou através de arrendamento a famílias de movimentos de moradia que negociaram diretamente com a CEF, além de realizar investimentos em parceria com a prefeitura municipal (FCV, 2006; MARQUES e SARAIVA, 2005).

Mas aí, nós fomos organizando, o pessoal falava que não dava para morar muita gente. E a gente: ‘não, dá para morar, vamos arrumar e tal e tal’.

Ivateni de Araújo, coordenadora geral do MSTC,¹⁰ por sua vez, justificou o ato de ocupar o prédio como algo necessário frente ao fracasso das negociações e à situação das famílias sem condições adequadas de moradia:

Um prédio vazio, há mais de 17 anos, o proprietário com uma dívida de IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano], a gente com uma demanda com as famílias com carta de despejo na mão. Então a gente fez um documento, encaminhou para a Secretaria Municipal de Habitação, reivindicando que esse prédio fosse reformado e repassado para as famílias por um programa habitacional para elas. De baixa renda. E aí ficou dois anos na mesa de negociação; enquanto isso, muitas famílias foram para a rua. Então, é importante lembrar assim, primeiro a gente levanta a situação do imóvel, leva para a mesa de negociação, faz o estudo de viabilidade, certo? Caso não tendo condições, é onde a gente ocupa. E todas as ocupações foram encaminhadas dentro de uma plenária do movimento, onde os coordenadores, junto com representação das famílias, falaram: ‘Olha, não tem jeito, temos que ocupar’.

Antes, a gente tenta negociar, tenta abrir negociação, tenta encaminhar sem que tenha necessidade de ocupar. Caso não tendo jeito, aí a gente ocupa. E aí, a negociação precisa continuar, porque aí com a ocupação, torna-se até mais emergencial, porque as famílias que estão ali realmente necessitam de um atendimento.

O objetivo não é de ocupar por ocupar, é ocupar para um futuro atendimento, de preferência definitivo.

No dia 3 de novembro de 2002, algumas centenas de pessoas arrombaram o cadeado do portão de acesso pela Rua Brigadeiro Tobias e lá se instala-

¹⁰ Ivateni ascendeu gradativamente à coordenação do MSTC, vinda de sua base. Sua trajetória, desde o trabalho como boia-fria no interior de São Paulo ao trabalho como empregada doméstica em Ribeirão Preto, passando pela maternidade precoce, adquire um caráter de precariedade de condições de moradia, de vida e de saúde de suas filhas quando da sua vinda para São Paulo, acompanhando o marido no seu novo trabalho. O desemprego do marido levou à redução do orçamento, que por sua vez teve como consequência a necessidade de morar em cortiços e dificuldades para obter alimentação até não poder mais pagar aluguel e ir morar na rua com sua família. A inserção no movimento de moradia, à época ainda o Fórum de Cortiços, se deu através de seu marido. Ambos começaram a participar das reuniões de um grupo de base e ocuparam o antigo hospital Matarazzo, na região da Avenida Paulista.

ram provisoriamente, na ansiedade do risco de uma ação da polícia militar de expulsão das pessoas envolvidas.

O prédio é composto por dois blocos: um voltado para a Rua Brigadeiro Tobias, número 700, de nove andares; e o outro de 22 andares na Avenida Prestes Maia, número 911. Originalmente funcionava no prédio a *Companhia de Tecidos*, cuja entrada era pelo bloco menor, onde ainda consta o nome da antiga empresa em sua fachada. A tecelagem foi à falência, o que ocasionou o abandono do local por alguns anos. Há mais de 20 anos o imóvel foi arrematado em leilão por Eduardo Amorim e Jorge Hamuche, empresários do ramo de tecidos. No entanto, eles mantiveram o imóvel sem nenhum uso, além de não quitarem as dívidas acumuladas de IPTU e nem terem a documentação de propriedade regularizada, o que acabou por dificultar as negociações posteriores em torno da possível desapropriação do imóvel. Durante boa parte do tempo em que esteve abandonado, o prédio era ponto de tráfico de drogas e de usuários, identificados como “nóias”, e de prostituição.

Além de suas amplas dimensões, capazes de comportar muitas famílias que vinham de condições precárias de moradia, a localização do prédio correspondia a um grande atrativo para muitos dos integrantes do movimento. A Prestes Maia é uma das avenidas de maior circulação de São Paulo, com grande concentração de variados tipos de serviços e uma das mais completas infraestruturas da cidade, com ampla oferta de transportes e instituições de saúde e educação. O prédio localiza-se muito próximo à Estação da Luz, o que corresponde a fácil acesso ao metrô e ao trem metropolitano; além disso, a região oferece linhas de ônibus para boa parte da cidade de São Paulo. Mas um dos principais motivos da ocupação foram as oportunidades de geração de renda que essa região oferece, já que a maioria dos futuros moradores já trabalhava na região como ambulantes, catadores de material reciclável e, no caso principalmente de mulheres, faxineiras. Moradores oriundos de outras regiões não centrais também poderiam aproveitar toda a oferta de infraestrutura e de atividades do centro paulistano.

No dia da ocupação, os integrantes do MSTC encontraram um espaço sujo, ainda com muito entulho da *Companhia de Tecidos*, com toda sorte de

insetos e muitos ratos. O subsolo do prédio, que depois se transformaria no principal espaço de sociabilidade da ocupação e de maior visibilidade externa, estava alagado, cheio de lixo e entulho.

Os ocupantes se fixaram em um dos primeiros andares e logo instalaram uma cozinha comunitária e espalharam colchões para que as pessoas pudessem dormir. Como não houve despejo imediato, foram chamados muitos integrantes do MSTC que já participavam dos grupos de base do movimento e que estavam aguardando alguma moradia, ainda que provisoriamente em ocupações.

Os novos ocupantes deram início a um mutirão de limpeza que durou alguns meses até que o prédio pudesse ser transformado num espaço habitável com condições de acomodar as 468 famílias que ali se fixariam. Os números variam, mas todos afirmam que foram necessários muitos caminhões de lixo para retirar todo o lixo e entulho do local. Foram designadas comissões encarregadas das partes elétrica e hidráulica, que realizaram “gatos” para fornecimento de energia. A entrada de água pela rua era constante, como mostrava o subsolo submerso. Alguns moradores, então, instalaram uma bomba para drenar toda a água para fora e montaram uma rede de encanamento para os primeiros andares e, posteriormente, para uma caixa de água no topo do prédio, para que a partir daí a água fosse distribuída para os outros andares.

Seu Severino¹¹ me relatou que no dia da ocupação, havia aproximadamente 250 famílias. No início só havia fornecimento de água e luz até o 15º andar, então muitas famílias saíram temporariamente para a ocupação da Rua Plínio Ramos, coordenada pelo MMRC (Movimento de Moradia da Região Central), e depois voltaram quando a água foi instalada em todos os andares. Tal relato mostra como as fronteiras entre os diferentes movimentos são fluidas, já que há um fluxo de moradores entre as diferentes ocupações não se restringindo ao pertencimento a um movimento específico, mas principalmente a relações de parentesco e amizade.

¹¹ Um dos coordenadores da ocupação (coordenava o seu andar), Seu Severino era catador de material reciclável e criou uma biblioteca no subsolo do prédio a partir de 600 títulos que havia coletado no lixo. Com o tempo a biblioteca aumentou com muitas doações de livros e dotou a ocupação de grande visibilidade pública por atrair muitos visitantes e ser objeto de reportagens da mídia impressa e televisiva (cf. FILADELFO, 2009). Seu Severino foi um dos meus principais interlocutores durante o trabalho de campo.

Como no prédio, antes de ser abandonado, funcionava uma indústria têxtil, os diferentes andares eram depósitos, galpões de armazenamento e oficinas, não havia divisórias e sim um único e amplo espaço livre em cada andar. A partir da ocupação, houve uma divisão dos andares em “espaços” para as famílias construírem seus “barracos” ou “quartos”, como os moradores tendiam a nomear suas habitações. Pessoas idosas ou com alguma deficiência de locomoção tinham prioridade para ficar nos andares mais baixos. Além disso, houve a tendência de fixar pessoas que partilhavam de laços de parentesco e de origem no mesmo andar.

Como o prédio possuía muitas janelas em cada andar, o critério de definição de cada espaço era ter uma janela, de forma a permitir um arejamento adequado para cada família. Os moradores realizaram divisões com tábuas de madeirite, aproveitando muito do próprio entulho que estava no prédio. Portas foram improvisadas ou adquiridas em restos de construções da região. Cada “espaço” passou a ser um misto de sala, quarto e cozinha.

Em cada andar, havia apenas um banheiro para o uso de todos os moradores. Foram instalados vasos sanitários, apenas um chuveiro elétrico (para evitar sobrecarga elétrica), pias e tanques para lavar roupa e louça. Como a entrada principal no início do processo era pela Rua Brigadeiro Tobias, esse bloco passou a ser chamado de A, enquanto o maior, de 22 andares, de frente para a Avenida Prestes Maia, foi nomeado bloco B.

Esse quadro geral da ocupação foi relatado por muitos moradores, com poucas variações. Pode-se perceber como na construção da narrativa há um esforço de legitimar a construção coletiva de um espaço pelo MSTC, a partir de uma forte organização, capaz de transformar um imóvel abandonado e sem uso, numa região privilegiada como o centro de São Paulo, em algo capaz de melhorar as situações de moradia de seus integrantes. A construção narrativa permite vislumbrar os resultados obtidos a partir do processo de coletivização das famílias envolvidas no ato da ocupação que, nesse caso específico, acionam discursivamente a idéia de pertencimento a uma coletividade identificada como o MSTC.

Conforme será visto a seguir, a ocupação Prestes Maia reflete um impor-

tante espaço a partir do qual foi possível realizar uma etnografia que revela como a heterogeneidade dos moradores convergia num sentido comum delimitando política e cotidianamente o MSTC.

Trajelórias, identidades, discursos e práticas dos moradores

Em entrevista realizada com uma das coordenadoras da ocupação, ela me disse: “Todo mundo que está aqui estava nessa situação: ou despejado, ou para ser despejado, ou morando de favor”. Além disso, ela me explicou que a opção pelo centro era devido ao fato de ser uma região de fácil acesso à saúde, educação e trabalho e que qualquer pessoa deveria exercer seu “direito de escolher onde quer morar”.

Com efeito, embora houvesse moradores originários de outros grupos de base do MSTC de outras regiões, a grande maioria das pessoas com quem travei relações durante o trabalho de campo já residia no centro anteriormente à ocupação. O principal tipo de moradia anterior nessa região eram os cortiços ou “pensões”.¹² Se os cortiços eram uma das poucas formas acessíveis de se morar no centro, a inserção no movimento costumava se justificar justamente pelo objetivo de se conseguir moradia definitiva com melhores condições nessa região, para fugir aos altos valores de aluguel.

As principais maneiras pelas quais os moradores tomaram conhecimento sobre o MSTC foram através de divulgação realizada por coordenadores em cortiços ou de cartazes colados em postes e pontos de ônibus, assim como por divulgação de pessoas que já estavam no movimento, com quem os novos integrantes mantinham relações de amizade, profissionais, mas principalmente de parentesco. Era comum, por exemplo, que migrantes recém-chegados

¹² Os cortiços são arranjos habitacionais comuns para grande parte dos integrantes dos movimentos de moradia atuantes na região central da cidade. Com efeito, o movimento de moradia do centro de São Paulo embrionário, a partir do qual se originaram todos os outros movimentos, foi a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), formada a partir da reunião de reivindicações, antes isoladas, de moradores de cortiços (FILADELFO, 2009; ARAVECCHIA, 2005; BLOCH, 2007; KOHARA e CARICARI, 2006). Em relação aos moradores da Prestes Maia, o termo “pensões” era amplamente utilizado em detrimento de “cortiços”. Mas os dois se referiam basicamente ao mesmo tipo de arranjo habitacional: casas que contavam com muitos quartos alugados, banheiros e lavanderias comuns. A maioria dos moradores sempre aludia às pensões como muito caras para seu reduzido orçamento, frente às freqüentes condições insalubres desses lugares. Outra queixa frequente era a da exploração dos intermediários na cobrança do aluguel e das taxas de água e luz.

tivessem algum parente de seu local de origem participando de algum grupo de base ou mesmo morando na ocupação, que os convidava a participar.

Outro fato recorrente em muitos dos casos das inserções no MSTC era a resistência inicial a participar. Muitos só tinham ouvido falar em “sem-teto” pelos noticiários televisivos. Via de regra, as coberturas midiáticas sobre as ocupações tendiam a estigmatizar os sem-teto como “baderneiros”. Era comum o relato de que familiares de integrantes do movimento ficavam preocupados ao verem na televisão algum despejo violento perpetrado pela polícia militar. Geralmente quem me relatava esse tipo de situação imediatamente complementava como, apesar dos riscos, a inserção no movimento havia sido fundamental para a melhoria da sua vida, para o aprendizado de como reivindicar seus direitos e de que “com luta é possível obter sua casa”.

Por outro lado, muitos entravam no MSTC e se dispunham a morar em uma ocupação por realmente não terem condições de pagar aluguel. Uma frase muito repetida pelos coordenadores em relação às condições pregressas à ocupação era “ou come ou paga aluguel” e a expressão “entrar para a luta” era comumente utilizada para se referir à sua inserção no movimento.¹³

Se para alguns moradores morar na ocupação representava o não pagamento de aluguel e ainda o objetivo de obter sua casa própria através do movimento, para outros a ocupação acabava por ser uma representação simbólica da perda do padrão de vida anterior, pois ou haviam ficado desempregados, ou seus negócios tinham falido ou estavam passando por outros problemas de ordem pessoal.

É claro que por mais que haja aproximações entre as condições de vida dos diferentes moradores, a opção pela inserção no movimento pode ser considerada subjetiva. Em muitas conversas com esses moradores no seu cotidiano, foi possível perceber que a busca pela casa própria carregava em si uma alta carga simbólica. Muitos costumavam se referir à sua futura casa sempre a partir do uso de pronome possessivo: “meu canto”, “meu chão”, “meu teto”, “minha casinha”, “meu pedacinho de chão” foram expressões muito corriquei-

¹³ Para os moradores da Prestes Maia, as diferenças entre os movimentos de moradia não eram muito objetivadas. A maioria dos seus integrantes os considera todos semelhantes e a escolha pelo MSTC e não por outro movimento se dava muito mais por questões circunstanciais do que por afinidade ideológica.

ras durante o trabalho de campo. O conjunto desses relatos considerava a casa própria, muito mais do que apenas representar a não preocupação com o gasto mensal de aluguel e conseqüentemente com a melhoria da qualidade de vida, símbolo de espaço de privacidade, liberdade e segurança. Nessa chave, a casa a ser adquirida representaria um espaço próprio, onde o morador poderia exercer sua independência, não se subjugando às regras impostas pelo proprietário, e seus rendimentos mensais seriam investidos tanto para a compra como para possíveis reformas, além de oferecer melhores condições para os filhos do que as que os pais tiveram.¹⁴

Embora se pudesse pensar que haveria uma identificação plena entre os moradores, já que todos moravam sob mesmas condições e compartilhavam o objetivo de obtenção da casa própria através do movimento, foi possível perceber diversas segmentações internas à ocupação.

Havia, por exemplo, uma estigmatização em relação ao bloco A. Quando iniciei meu trabalho de campo, o bloco B, de frente para a Avenida Prestes Maia, correspondia à entrada principal da ocupação. Contando com 22 andares amplos com uma média de 13 famílias em cada andar, foi o bloco apresentado por Seu Severino quando da minha primeira visita ao prédio. Quando ele explicou que esse era o bloco B e havia o bloco A, menor, logo mostrei interesse em conhecê-lo. Ele se mostrou relutante, já que este outro bloco era mais desorganizado e estava em piores condições de limpeza e manutenção, uma vez que seus moradores viriam, em grande parte, de favelas. Em outra visita de estudantes universitários, que acompanhei, o nosso guia também disse que o bloco A era um “favelão”. Alguns moradores do bloco B, quando se queixavam de moradores que jogavam lixo pela janela, falavam que os do bloco A eram ainda piores.

O bloco A, de frente para a Rua Brigadeiro Tobias, contava com nove andares de amplitude muito menor do que os do bloco B, sua disposição espacial era de um estreito corredor com os espaços de cada lado, e um pé direito menor, o que deixava o ambiente mais escuro do que o do outro bloco. Alguns moradores do bloco A, com quem conversei sobre essa separação, atribuíam

¹⁴ No campo das ciências sociais, muitos autores se debruçaram sobre o tema dos sentidos da casa própria para as classes populares urbanas. Ver, por exemplo, Durham (2004), Kowarick (2000).

essa estigmatização às diferenças físicas entre os dois blocos e também ao resultado de um incêndio acidental que danificou alguns dos andares.

Além disso, pode-se dizer que havia uma multiplicidade de pertencimentos e de categorias identitárias¹⁵ entre os moradores da ocupação, principalmente pelos diferentes tipos de trabalho desempenhados e locais de origem. A atividade que mais ocupava os moradores era a de camelô, mas também se encontravam catadores de material reciclável, garçons, manicures, faxineiras, seguranças. Boa parte deles escolheu morar no centro por ser uma região com grande oferta de serviços e oportunidades para esses tipos de atividades.

Quanto à origem, tinha-se uma grande maioria de nordestinos, além de pessoas de outros países da América do Sul, dos quais se destacavam muitos bolivianos, que trabalhavam principalmente em confecções dos bairros do Brás e do Bom Retiro, localizados na região central de São Paulo.

Essa multiplicidade identitária acabava por orientar certas relações de sociabilidade interna da ocupação. No décimo primeiro andar do bloco B, por exemplo, todas as famílias partilhavam de laços de parentesco e eram provenientes do estado do Maranhão; elas inclusive promoveram algumas festas no subsolo com música *reggae*, ritmo muito popular no seu estado de origem. Já no sexto andar, foram fixadas pela coordenação somente famílias bolivianas porque, de acordo com um boliviano com quem conversei, todos se entendiam, então o indicado seria eles ficarem juntos.

Em relação aos nordestinos, não pude perceber muitas estigmatizações ou segmentações internas por origem. As relações de alteridade com os bolivianos eram muito mais visíveis, pois estes eram tratados, por alguns, a partir de certa exotização: “Esse povo tem uns costumes estranhos, tomam sopa direto, não se incomodam de dormir no chão”. Além disso, nas reuniões, a dificuldade de leitura dos sobrenomes dos bolivianos sempre provocava risos de quem lia listas de presença e, invariavelmente, entre a plateia.

Por outro lado, o tipo de trabalho desempenhado acabava por condicionar distintas formas de ocupação e frequência do centro da cidade. Os

¹⁵ Utilizo identidade aqui no sentido proposto por Manuela Carneiro da Cunha (1985) como uma elaboração situacional, contrastiva e política.

camelôs são um exemplo disso, ao ocuparem ruas de maior circulação para um melhor acesso a potenciais compradores. A condição de algumas pessoas enquanto catadores de material reciclável, atividade também muito disseminada entre os moradores, condicionava igualmente distintas relações com os espaços comuns do prédio e a necessidade de habitação na região central da cidade. Eles construíram duas salas no subsolo do prédio para realizar armazenamento, separação e organização do material coletado para venda a depósitos de reciclagem. Quanto ao centro, este era tido como a melhor região para encontrar materiais recicláveis e os catadores circulavam com suas carroças durante todo o dia pela região do prédio em busca de sua fonte de renda.

Em relação à reciclagem, o trajeto de catação de Seu Severino é ilustrativo da relação com o entorno: catava nas redondezas, no Bom Retiro e na Pinacoteca (a partir de um acordo para pegar papelão). Após separação do material, vendia para depósitos, principalmente na Favela do Gato e na Avenida do Estado, perto da Ponte Pequena, ambos também na região central.

Havia, dessa forma, apesar de aproximações das trajetórias de seus moradores e de suas condições socioeconômicas, multiplicidades de pertencimentos, distintas categorias identitárias. Pode-se dizer que há um princípio de segmentaridade orientando as relações internas à ocupação entre os integrantes do MSTC,¹⁶ uma vez que as diferentes configurações identitárias acabavam por pressupor consequentemente diferentes modalidades de segmentaridade. Se em determinadas situações cotidianas, o trabalho e a origem podem determinar distintas formas de interação social e relações de pertencimento ao chamado “movimento”, pode-se dizer que há um conjunto de segmentaridades lineares (DELEUZE e GUATTARI, 1996) – ligadas a atividades, processos ou episódios – entre os moradores, que correspondem à inevitável

¹⁶ A noção de segmentaridade foi desenvolvida por Evans-Pritchard e Meyer-Fortes, nas décadas de 1930 e 1940, para explicar a integração de sociedades de linhagem que não contavam com aparelho estatal (EVANS-PRITCHARD, 2005 [1940]). No entanto, Deleuze e Guattari (1996) e Goldman (2001, 2006) propõem que a noção de segmentaridade não se restringe às sociedades de linhagem e nem ao modelo piramidal Nuer. Seu alcance deve ser ampliado, uma vez que o princípio de segmentaridade é universal na constituição das relações políticas: “O princípio de segmentaridade significa apenas que oposição e composição formam sempre uma totalidade indecomponível” (GOLDMAN, 2006, p. 144).

heterogeneidade entre eles. Essas segmentaridades lineares levavam, assim, à composição de segmentos que extrapolavam os limites da ocupação e do próprio MSTC, devido a composições com atores e grupos externos a partir de vínculos trabalhistas e de parentesco, por exemplo, e mesmo pertencimento a outros movimentos, como de catadores e movimentos feministas.

Havia também uma modalidade de segmentaridade circular (DELEUZE e GUATTARI, 1996), ou seja, de círculos de pertencimento e sociabilidade mais restritos a mais amplos. No cotidiano da Prestes Maia, por exemplo, havia relações mais próximas em cada andar, a partir de relações de vizinhança e a divisão de tarefas como limpeza, mediadas pelo coordenador do andar; posteriormente o pertencimento à ocupação e a subordinação à sua coordenação geral; e, por último, o pertencimento ao MSTC.

Portanto, a partir dos processos de coletivização dentro e fora da ocupação, quando os moradores acabavam por compor um sujeito coletivo de ação sob a rubrica de MSTC, também situacionalmente em resposta política a uma determinada conjuntura, essas diferentes segmentações reuniam-se contrastivamente ao Estado numa modalidade de segmentaridade binária (DELEUZE e GUATTARI, 1996).

É claro que essas diferentes modalidades de segmentaridade não correspondem a tipologias estanques de relações, pois haveria uma predominância de uma modalidade apenas situacionalmente, a partir de diferentes pontos de vista. Como afirmam Deleuze e Guattari (1996, p. 84): “Mas sempre estas figuras de segmentaridade, a binária, a circular, a linear, são tomadas umas nas outras, e até passam umas nas outras, transformando-se de acordo com o ponto de vista”.

No entanto, é importante ressaltar que muito embora seja impossível falar num único discurso e numa única clivagem identitária, havia certas aproximações de trajetórias dos moradores e ressonâncias nos diferentes discursos quanto à categoria “sem-teto”, pois essa categoria era acionada para mostrar a importância da “luta” pela casa própria. A ausência da casa própria, definidora da categoria “sem-teto”, é a marca da luta do movimento tomado enquanto coletividade.

Assim, a categoria “sem-teto” tendia a ser acionada enquanto marcador de identidade dos integrantes do movimento. O uso de tal categoria, ainda que possa ser referido genericamente às pessoas que não têm condições de obter casa própria, a partir da pesquisa de campo ficou claro que “sem-teto” é uma categoria identitária acionada para caracterizar integrantes dos movimentos de moradia, em geral, e do MSTC, em particular. É uma categoria política, incorporada pelos atores a partir de sua inserção no movimento, ainda que essa incorporação também implicasse diferentes conotações, principalmente no cotidiano.

Os moradores tendiam a acionar a categoria “sem-teto” cotidianamente de maneira jocosa, a partir da apreensão de seu caráter estigmatizante, além de se referirem ao conjunto de moradores da ocupação ou de integrantes do MSTC. As queixas recorrentes sobre as difíceis condições de vida e de trabalho, frequentemente dificultadas pelas ações da polícia como a atividade de camelô, além da dificuldade de se obter casa própria a partir dos baixos rendimentos eram explicadas muito mais pelo fato dessas pessoas serem “pobres” do que por serem “sem-teto”. Percebe-se, assim, situacionalmente e contrastivamente, o acionamento identitário da categoria pobre, muito mais utilizada do que sem-teto.

Se havia, por vezes, relações de alteridade dos moradores com a coordenação, identificando o movimento como exterior às famílias, em outras situações era possível perceber modulações desse vínculo de pertencimento ao movimento. A Promotora de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital do Ministério Público do Estado de São Paulo, como entrou com vários pedidos de despejo, adquiria situacionalmente um caráter aglutinador.¹⁷ Representada por muitos moradores como uma mulher insensível, era tida como a inimiga do “nosso” movimento. Havia, assim, além do fator aglutinador, a construção de uma contra-imagem (BHABHA, 2005) às famílias da ocupação, servindo de coletivização do movimento, ou seja, o movimento era pensado enquan-

¹⁷ É importante frisar que houve acentuadas variações no poder judiciário em relação à ocupação. As ênfases dos processos jurídicos recaiam ora no seu caráter apenas ilegal, defendendo o despejo imediato das famílias, ora no caráter precário das condições de habitação, assim como, por vezes cobravam a necessidade de um atendimento definitivo e digno para suas famílias. Para mais detalhes, ver Filadelfo (2009).

to sujeito coletivo e não mais apenas como coincidente com a coordenação.¹⁸

Esse tipo de representação da promotora pode ser generalizado para o chamado “governo” que, muitas vezes, é pensado enquanto um bloco unívoco. O governo é acionado enquanto uma contra-imagem (BHABHA, 2005) ao movimento, responsável pela conformação da imagem do MSTC que reforça certas características situacionalmente sob a forma de um grupo social. O que pode ser elucidado por alguns comentários freqüentes de alguns moradores, como: “Se desocupar, vai aumentar a população de rua. O governo prefere deixar o prédio com rato e barata do que a gente” (ou, às vezes, com “pobre”, “necessitado”, “sem-teto”).¹⁹

Assim, a categoria “sem-teto” é percebida a partir das situações e discursivamente, refletindo a reivindicação pela casa própria a partir da ausência e de maneira contrastiva ao poder público. A ação do movimento se faz necessária uma vez que faltaria ao poder público o esforço de atender essas famílias através de programas habitacionais no centro da cidade. Desse modo, normalmente não é tanto a categoria “sem-teto” que é acionada contrastivamente ao Estado, mas a ação ou luta do movimento por moradia.

Com efeito, mesmo essa ressonância identitária ocorria apenas em algumas situações, pois estavam em jogo, além da já citada multiplicidade identitária, diferentes acepções sobre o pertencimento ao movimento, o cumprimento das regras internas da ocupação e práticas que escapavam ou eram capturadas dentro da estrutura pré-determinada de controle interno da ocupação. A seguir, mostro como havia um esforço de coletivização dos moradores da ocupação, no sentido de seguir as regras internas a fim de melhorar as condições de coabitação na ocupação e de favorecer as negociações com o poder público.

¹⁸ “Cada objetivo é construído sobre o traço daquela perspectiva que ele rasura; cada objeto político é determinado em relação ao outro e deslocado no mesmo ato crítico” (BHABHA, 2005, p. 53). A contra-imagem do Estado é, assim, definidora de uma identificação política do MSTC.

¹⁹ Embora em muitos momentos, o Estado fosse singularizado, minha pesquisa revelou que ele também obedecia a princípios de segmentaridade nas suas relações com o MSTC. Havia uma complexa articulação entre os dois polos dessa relação a partir de fatores como vínculos partidários, relações pessoais, diferentes programas habitacionais, as diferentes funções inerentes aos três níveis de governo e às diferentes instituições públicas responsáveis por programas habitacionais.

Controle interno do cotidiano

Quando iniciei minha pesquisa de campo na ocupação Prestes Maia, as 468 famílias já estavam instaladas nos dois blocos. Seu cotidiano já estava condicionado pelas regras internas aprovadas em assembleia geral com todos os moradores.²⁰

Na portaria do prédio era possível observar a normatização da organização interna visível num regulamento, afixado na entrada, que denotava normas rígidas de comportamento coletivo, como controle de horários de entrada e saída e da esfera privada das famílias moradoras, como a proibição de bebidas alcoólicas e de brigas familiares. Para ser aceito como morador da ocupação, era preciso que o interessado não tivesse problemas de dependência alcoólica e de drogas e que apresentasse certificado de que não possuía antecedentes criminais. Ele deveria participar inicialmente de algum grupo de base e morar primeiro nos últimos andares, exceto idosos e deficientes, já que o prédio não possuía elevador. O texto do regulamento se iniciava da seguinte forma:

O objetivo deste Regulamento é estabelecer regras claras que garantam condições dignas de convivência coletiva às famílias moradoras. Este Regulamento após ser discutido e aprovado em Assembleia Geral, torna-se a LEI DA OCUPAÇÃO. [maiúsculas do próprio texto]

Além da coordenadora geral da ocupação e de um vice coordenador geral, a coordenação da Associação de Moradores da Prestes Maia era composta por coordenadores dos andares. Para cada andar foi designado um coordenador, responsável por mediar conflitos e garantir o respeito ao regulamento interno e o rodízio de limpeza dos espaços comuns, inclusive dos banheiros. Todos os dias havia limpeza, e cada família era responsável pela limpeza em um dia. Os horários eram definidos pela própria família, a partir de sua disponibilidade

²⁰ Essas regras não foram criadas para essa ocupação específica, mas guardam continuidades normativas com outras ocupações centrais, do MSTC e de outros movimentos de moradia. Também se aproximam da organização interna de mutirões autogestionários de construção de moradia em bairros periféricos cuja gestão e execução ficava a cargo das próprias famílias, integrantes dos movimentos de moradia que haviam conquistado o atendimento. Em todos esses casos, os principais objetivos dessas regras são próximos: boa convivência, qualidade de vida, dignidade de habitação e trabalho e favorecer negociações com o poder público.

de tempo. Os próprios moradores, assim, passaram a ser responsáveis por toda a limpeza e manutenção do espaço, o que o tornou mais adequado a comportar tantos residentes.

Regularmente ocorriam as reuniões da coordenação da ocupação, no subsolo do prédio, para decidir encaminhamentos e decisões a respeito das questões internas, principalmente em relação ao desrespeito do regulamento interno. Tanto coordenadores como moradores consideravam esses momentos muito importantes para a organização interna. Além dessas reuniões, havia assembleias com a participação de todos os moradores para passar informes e esclarecimentos sobre as contínuas ameaças de despejo e negociações com o poder público, e sobre decisões referentes a manifestações e outras ações coletivas do MSTC (isoladamente ou com outros movimentos de moradia e aliados políticos). A maioria dos moradores não participava das reuniões na sede do movimento, o que transformava as assembleias em momentos importantes para a transmissão de informações e decisões tomadas pela coordenação.

O desrespeito ao regulamento interno podia levar a formas de punição do morador, desde uma advertência à expulsão da ocupação. O termo comumente usado para quem fosse expulso era “excluído”. Assim, tive acesso a muitos relatos sobre pessoas “excluídas” devido a problemas com bebida, brigas familiares e entre vizinhos, problemas com drogas e muitos outros casos, tratados como desrespeito à organização interna.

Além do regulamento interno afixado na portaria, por vezes a coordenação geral produzia cartazes reforçando certas regras específicas que vinham sendo desrespeitadas. Como exemplo, reproduzo dois textos afixados nos diferentes andares:

Comunicamos a todos moradores, se forem pegos mexendo em qualquer parte elétrica do prédio sem autorização, o mesmo será punido ou até mesmo com a exclusão do prédio.

Ass.: A coordenação geral

Estamos comunicando a todos moradores que a partir desta data o andar que for pego fazendo estoque de lixo ou jogando pela janela vai ser autuado com uma multa no valor de 150,00 reais.

A higiene deste prédio faz parte de um respeito com os outros companheiros.

Ass.: A coordenação geral

A coordenação geral, portanto, era a instância que decidia coletivamente o tipo de punição a ser empregada. Mas antes disso, os diferentes coordenadores exerciam esse papel de controle nos seus andares. Os coordenadores dos andares, por exemplo, tinham especial atenção ao controle das brincadeiras das crianças. Elas não podiam jogar futebol, andar de patins e “bagunçar” muito, por causa da organização, mas, também devido aos fios que atravessavam os espaços comuns, para evitar risco de incêndios. E em geral, todos tinham que “deixar tudo organizado do jeito que achou”. Afixado num andar, por exemplo, encontrava-se o seguinte aviso, assinado por sua coordenadora:

Todos os moradores:

Fazer a limpeza do andar no seu dia certo. Quem não fizer a limpeza vai para a coordenação. Por favor, manter os dois banheiros e a lavanderia limpos e organizados. Não deixar restos de comida na pia nem nos ralos para evitar entupimentos.

Limpeza é saúde.

A expressão “ir para a coordenação”, que aparece no texto acima, era amplamente utilizada e costumava ser o primeiro aviso para que ações de desrespeito ao regulamento interno não se repetissem. Por outro lado, as qualidades pessoais dos coordenadores acabavam por ser acionadas enquanto condicionantes de uma melhor ou pior organização ou limpeza dos diferentes andares. Os andares mais sujos e sem tanta organização seriam consequência de certo descaso de seus coordenadores. No terceiro andar do bloco A, por exemplo, coordenado por Tia Romilda,²¹ ela me disse que seu andar se distinguiria dos

²¹ Tia Romilda era assim chamada por ter sido cozinheira da cozinha comunitária inicial da ocupação, antes da divisão dos espaços, o que segundo ela fez com que muitos a tratassem de maneira carinhosa. Freqüentadora da Igreja Universal do Reino de Deus, morava com seu marido muito doente e tinha como rendimentos apenas sua aposentadoria. Frequentemente se queixava da falta de programas habitacionais para idosos em que ela pudesse comprar de fato seu imóvel, ter “sua casinha”. Segundo ela, os programas contam com contribuições mensais que, ainda que reduzidas, não compram o imóvel, seriam espécies de “aluguéis”. Usou como exemplo a Vila do Idoso no bairro do Pari, da prefeitura, que atenderia idosos

demais por ser muito limpo e bem cuidado, já que ela seria “rigorosa” na cobrança do rodízio de limpeza.

Assim sendo, havia um contínuo esforço por parte da coordenação de coletivizar as diferenças internas no sentido do respeito dessas regras, esforço também compartilhado por muitos dos moradores da ocupação. Nesse sentido, as principais críticas dos moradores em relação a seus vizinhos costumavam ocorrer justamente quando aconteciam desrespeitos a esse regulamento interno, como sujeira, brigas e não pagamento das taxas mensais.²² Os autores dessas críticas atrelavam diretamente o respeito às regras e ao coletivo como fundamental para a obtenção da casa própria no centro: “Como é que quer morar no centro se não consegue respeitar os vizinhos, se não tem higiene, se não respeita a limpeza do prédio?”

A relação estabelecida pela frase acima entre o respeito ao controle interno e a obtenção da casa própria no centro indica a necessidade de politização do cotidiano da ocupação. Ou seja, é impossível pensar o cotidiano da ocupação sem considerar o fato dessas famílias serem integrantes de um movimento de moradia que visava obter-lhes atendimento por um programa habitacional. Para que as negociações com o poder público fossem satisfatórias, era necessário que a ocupação servisse de modelo de organização, freqüentemente apontado pela coordenação como importante para o atendimento no centro e não na periferia, como será discutido a seguir.

A politização do cotidiano

Oferecer “condições dignas de convivência coletiva”, “qualidade de vida” e “bem estar” às famílias costumava ser a principal justificativa enunciada pelos coordenadores para essa gestão interna das famílias, mas tais práticas também eram utilizadas com o objetivo de legitimação pública do MSTC, além de favorecer as negociações com o poder público.

com rendimentos de um a três salários mínimos. Ela se referia ao Centro como “coração de Jesus” por ter tudo de que precisasse, ainda que dissesse que o “verdadeiro centro” era na Paulista, pois era onde estavam os “magnatas”.

²² Havia uma taxa de condomínio de R\$ 50,00 para os gastos mensais como despesas com manutenção, material de limpeza, água e luz.

Na ocupação Prestes Maia, o número de 468 famílias era amplamente divulgado em qualquer manifestação, pela mídia e em qualquer mesa de negociação. Essa divulgação servia não apenas para definir a quantidade da demanda a ser atendida pelo poder público como tratar “família” como uma categoria moral, ou seja, a fim de sensibilizar tanto a mídia como o poder público, assim como pessoas que poderiam contribuir para uma maior agilidade do processo de atendimento.²³

Por outro lado, o MSTC realizava, na ocupação, esforços contínuos de orientação das condutas dessas famílias de maneira a favorecer o atendimento pelo poder público. Um exemplo disso pode ser dado a partir das negociações em torno do atendimento às famílias da ocupação, quando já havia sido conquistado e definido. As negociações se davam principalmente entre Ivaneti de Araújo e Walter Abraão Filho, Diretor Comercial da COHAB, instituição habitacional de alcance municipal responsável pelo cadastramento de todas as famílias e da execução do atendimento.

Ivaneti relatou numa assembleia de moradores da ocupação Prestes Maia sobre uma reunião com Walter, que teria sido muito “produtiva”. Discutia-se, então, como se daria o atendimento das famílias que saíam da ocupação e morariam em prédios comprados e reformados no centro de São Paulo. Na reunião, Walter Abraão disse que os prédios comprados não poderiam ser “favelizados”. Ivaneti contrapôs a esse risco o que ela chamou de “briga” durante anos na ocupação para combater lixo, ter higiene e não ter varal de roupas de frente para a avenida. Muitas pessoas, nesse momento, queixaram-se do acúmulo de lixo que tornaria a ocupação “mais feia”.

Ivaneti alertou que se as pessoas não tomassem cuidado nos novos locais de moradia, a vizinhança poderia fazer um abaixo-assinado para retirá-las. Disse que gostaria que as pessoas não fossem tratadas como “sem-teto” ou “ex-sem-teto”, o que demonstra o acionamento situacional do termo a partir de uma carga simbólica depreciativa e estigmatizante.

Em outro momento, houve uma situação em que conflitos se instaura-

²³ A exemplo de José Celso Martinez Correia, ator e diretor do teatro Oficina, e Eduardo Suplicy, senador do estado de São Paulo pelo PT, que estiveram na ocupação e se manifestaram publicamente a favor das “famílias necessitadas”.

ram em relação ao atendimento no centro da cidade dos “sem-teto”. Quando já havia ocorrido a desocupação da Prestes Maia, continuavam as negociações sobre compras de prédios com verba federal para o atendimento de parte das famílias da ocupação. Um dos prédios se localizava na Rua Avanhandava, o que gerou problemas nas negociações para que famílias do movimento lá se fixassem.²⁴ Ivaneti explicou como nessa rua havia “restaurantes chiquérrimos”, com “calçada privatizada” e que teve que ouvir na mesa de negociação que se as famílias da Prestes Maia se mudassem para lá, ia ter pagode, som alto e outras práticas que não condiriam com a frequência local. Ela se mostrou muito indignada e triste com essas afirmações e a não aceitação pelo entorno do prédio. Em outra ocasião, disse sentir “vergonha e dor no coração ao mesmo tempo” pela estigmatização sofrida, mas acabou aceitando não reivindicar o prédio, porque ela havia sido informada sobre até mesmo um possível abaixo-assinado para retirar as famílias.

E, por último, transcrevo trecho de uma entrevista com Solange, uma das principais coordenadoras do MSTC, sobre a importância do controle interno da ocupação, que sintetiza as principais análises aqui realizadas:

C: Lógico que tem essa preocupação com a qualidade de vida das pessoas que estão lá, mas isso também influencia nas negociações?

S: Nas negociações. Porque se você não mostra organização, você não negocia. Para dar um exemplo aí, tem o pessoal [de outro movimento]. Quando ele deixava tudo sujo, que entrava droga e tudo, ele não tinha nada. Hoje não, ele consegue alguma coisinha [referência a atendimentos habitacionais] porque tem mostrado organização.

Se você vai para a mesa, o que a gente defende numa mesa de negociação? Que são famílias de baixa renda, mas são trabalhadores que querem moradia digna.

Agora se o cara mostra, quando tem visita, que o prédio está uma imundície, que as crianças estão abandonadas... Que tipo de organização é essa? Que tipo de credibilidade eu posso levar para o governo?

Então a gente bate muito forte, não só nas ocupações que estão hoje, mas sempre foi que tem que ter organização. Isso para o bem-estar das

²⁴ A revitalização da Rua Avanhandava, capitaneada pela família Mancini, costuma ser apresentada como um exemplo bem sucedido de “revitalização” do centro de São Paulo, por atrair uma frequência de setores de maior poder aquisitivo. Ver, a esse respeito, Folha de S. Paulo, 19/1/2007.

famílias, que já estão morando num lugar que não é o ideal e se não tiver uma higiene, uma organização, não vai para a frente. Vira baderna. Já pensou um prédio, você entra no prédio e não tem portaria? É a casa da Mãe Joana, entra quem quer.

Então, existe regulamento nas ocupações para ser seguido. E tem aqueles que nunca seguem, aí começam a receber as advertências. Então, é o que eu falo, o movimento não exclui ninguém, a família se exclui porque não segue as regras e regras são feitas para serem cumpridas. Se todo mundo tivesse uma formação, primeiro não estaria numa ocupação. Porque se todo mundo tivesse, e é merecido, estaria todo mundo estudado, com um bom emprego, sem precisar recorrer, não existiria nem movimento. Como não tem isso, a gente procura fazer o melhor. Então, muitas das famílias que vêm com a gente não têm formação, mas formação não é sinônimo de educação e respeito. Então, a gente procura fazer com que haja respeito. É o que eu sempre falo, morar em coletividade é difícil, então tem que ter respeito com o vizinho, tem que ter respeito com a própria pessoa, senão não vai para frente.

A partir das análises sobre o controle interno e os exemplos logo acima, percebe-se como a esfera cotidiana e privada era fortemente regulada pelas lideranças num esforço de legitimação pública do movimento, além de oferecer condições de bem estar às famílias. Isso indica que as dimensões políticas e cotidianas das práticas e representações do movimento articulavam-se de forma a pautar suas ações junto ao poder público, notadamente as de negociação para o atendimento das famílias sob sua coordenação por programas habitacionais.

Assim, havia um esforço de moralização (DONZELOT, 1986) dessas famílias, no sentido de moldar seus comportamentos, suas condutas para que não mais fossem considerados sem-tetos ou favelados, para que pudessem ser respeitados e obter atendimento em locais e empreendimentos dignos. Ou seja, o MSTC é responsável pela construção da dignidade dos moradores da ocupação para que eles tenham direito à moradia digna. Nesse sentido, muitos discursos dos movimentos de moradia classificam essas famílias como “famílias de trabalhadores”, como é possível verificar na narrativa de Solange acima. O uso de “trabalhadores” também corresponde a uma moralização dessas famílias, uma vez que aquela categoria se opõe a termos estigmatizantes e de

moral considerada inferior como “bandidos” e “vagabundos”.²⁵ As categorias acionadas pelo movimento são, dessa maneira, percebidas em relação, sempre contrastivamente a outras categorias. Pode-se também perceber como há um esforço contínuo do MSTC contra a possibilidade de incriminação (MISSE, 2008) de suas práticas. Esse esforço corresponde a uma prática política, de regulação do cotidiano, que busca combater ações do poder público que visariam, na perspectiva das lideranças, a “criminalização dos movimentos sociais”, deslegitimando suas ações e impedindo o atendimento habitacional no centro de São Paulo, em favor das periferias paulistanas, territórios privilegiados historicamente para políticas públicas habitacionais.²⁶

Com efeito, todos os movimentos com os quais entrei em contato consideram que sua “força política”, ou seja, sua capacidade de obter vitórias no atendimento habitacional de suas famílias, é diretamente proporcional à maior organização e mobilização de suas famílias. Há, assim, um verdadeiro governo (FOUCAULT, 1995 e 2008; DONZELOT, 1986) das famílias por parte da coordenação dos movimentos de moradia, no sentido de conduzir a conduta de suas famílias, de lhes oferecer qualidade de vida, de estruturar suas práticas. No entanto, é claro que essas famílias têm uma agência fundamental nesse processo, não são mero alvo passivo da ação dos coordenadores, mas a todo tempo questionam, apoiam, participam ou respaldam suas ações e seu papel enquanto seus representantes.

²⁵ Para uma discussão sobre os sentidos morais e políticos em torno da articulação plástica e variável entre as categorias “trabalhadores” e “bandidos”, ver Feltran (2007).

²⁶ Chalhoub oferece uma interessante genealogia dessas práticas de estigmatização e criminalização das classes populares e de seus arranjos habitacionais. Analisando a destruição do Cabeça de Porco, cortiço carioca, em 1893, o autor o considera um marco histórico de “toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade”, que parte de dois pontos fundamentais: a aproximação descritiva entre classes pobres e classes perigosas e o surgimento da ideia de que a gestão urbana é pretensamente objetiva, técnica e científica, obscurecendo seus reais interesses políticos e classistas (CHALHOUB, 1996, p. 19-20).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ocupação Prestes Maia durou até meados de 2007, quando as famílias foram atendidas e realocadas. O atendimento às famílias foi resultado de uma, até então, inédita articulação de instituições responsáveis por programas habitacionais dos três níveis de governo – federal, estadual e municipal – que ofereceu duas opções aos moradores da Prestes Maia: empreendimentos já prontos em Itaquera, na periferia paulistana, ou obter atendimento no centro de São Paulo (cf. FILADELFO, 2009). No entanto, se as famílias que optaram por Itaquera foram atendidas rapidamente, as que optaram por continuar no centro foram atendidas muito lentamente, seja por impasses na liberação de verba, seja por preços elevados para a compra de imóveis no centro.

Apesar dessa lentidão, a coletivização das famílias moradoras da ocupação é tida por muitos dos integrantes do MSTC como um dos principais fatores que levaram ao atendimento. Coletivização ocorrida pela convergência de heterogeneidades e pelos efeitos do controle interno do cotidiano da ocupação, responsável por uma maior visibilidade e legitimidade pública e política da Prestes Maia. Embora as relações internas à ocupação não tenham sido as únicas responsáveis, pois como alertado anteriormente, a constituição do MSTC enquanto um sujeito político é condicionada por múltiplas outras relações, a configuração relacional aqui abordada pôde lançar luz às ocupações como estratégia política fundamental para o atendimento pelo poder público.

O conceito de segmentaridade complexifica essas relações porque permite vislumbrar os processos contínuos de oposição e composição não só responsáveis pela elaboração de um movimento de moradia ou conjunto de moradores residentes da ocupação, como outras relações de composição que extrapolam essas fronteiras. Ou seja, a luta por moradia no centro de São Paulo comporta uma ampla rede de relações que em determinadas situações se condensa em movimentos de moradia, mas que não se limita a eles. Nesse sentido, mesmo a partir de um lócus etnográfico específico, a ocupação Prestes

Maia, foi possível apreender parte dessa ampla rede de relações em torno da questão da moradia popular no centro de São Paulo, da qual o MSTC é uma das coletividades possíveis.

Abstract

The Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) is an urban social movement for housing which articulate low income families with the aim of being attended by governmental housing projects. This article seeks to discuss ethnographically the articulation between the everyday and political dimensions of the pratics and discourses of MSTC at an occupied building by the movement in downtown São Paulo. The purpose is to understand how efforts of collectivization are undertaken for the production of the MSTC as a collective subject. For this purpose, I address three aspects of the occupied building: i) narratives about its beginning in which there is a good appreciation about collective actions; ii) the heterogeneity of their residents and how this converges in only one collectivity; and iii) the control of occupied building everyday by its coordination to promote both the welfare of its residents as the processes of negotiation with the government.

Key-words: Collectivization; downtown São Paulo; Political Anthropology; Urban Anthropology; urban social movements for housing.

REFERÊNCIAS

1. ARAVECCHIA, N. C. *Da luta pela terra urbana à luta pelo direito à cidade: a militância política desafia o conhecimento técnico*. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos-SP, 2005.
2. BAIERLE, S. G. *Um novo princípio ético-político: prática social e sujeito nos movimentos populares urbanos em Porto Alegre nos anos 80*. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
3. BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
4. BLOCH, J. A. *O direito à moradia: um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

5. CALDEIRA, T. P. *A política dos outros*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
6. CARDOSO, R. C. L. “Movimentos sociais na América Latina”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 1, 1987.
7. CARNEIRO DA CUNHA, M. *Negros, estrangeiros*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
8. CHALHOUB, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
9. DELEUZE, G.; GUATTARI, F. “Platô 9: 1933 - Micropolítica e Segmentaridade”. In: *Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia*. v. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.
10. DOIMO, A. M. *A vez e a voz popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.
11. DONZELOT, J. *A Polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.
12. DURHAM, E. R. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
13. EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2005 [1940].
14. EVERS, T. “Identidade: a face oculta dos movimentos sociais”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 24-30, out. 1984.
15. FELTRAN, G. S. “Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos”. *Temáticas (UNICAMP)*, v. 15, p. 11-50, 2007.
16. _____. Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
17. FILADELFO, C. *A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
18. FILADELFO, C. **A construção do centro de São Paulo como arena política dos movimentos de moradia**. *Pontourbe: revista do núcleo de antropologia urbana da USP*, ano 4, v. 6, 2010. Disponível em: www.pontourbe.net
19. FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul (orgs.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
20. _____. Governamentalidade. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.
21. FOLHA DE S. PAULO. *Um dia histórico: nasce a primeira rua revitalizada do centro de São Paulo*. Informe publicitário. São Paulo, 19/1/2007.

22. FÓRUM CENTRO VIVO (org.). *Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas. Dossiê de denúncia*. São Paulo, 2006.
23. GELL, A. "Strathernograms, or, the semiotics of mixed metaphors". In: *The Art of Anthropology. Essays and Diagrams*. London/New Brunswick: The Athlone Press, 1998.
24. GOLDMAN, M. *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
25. _____. Segmentaridades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 57-94, 2001.
26. KOHARA, L. T.; CARICARI, A. M. (org.). *Cortiços de São Paulo: soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção à moradia*. São Paulo: Mídia Alternativa, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos; Salvador-BA: CESE, 2006 .
27. KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.
28. MARQUES, E.; SARAIVA, C. "As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades sociais na cidade". In: *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.
29. MISSE, M. "Sobre a construção social do crime no Brasil. Esboços de uma interpretação". In: Michel Misse (org.). *Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.
30. STRATHERN, M. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
31. WAGNER, R. Are There Social Groups in the New Guinea Highlands? In: Leaf, Murray J. (ed.). *Frontiers of Anthropology: An Introduction to Anthropological Thinking*: 95-122. New York: D. Van Nostrand Company, 1974.